

## O fato e o mérito

As discussões em torno do primeiro turno das eleições presidenciais no domingo - insufladas pelas mais recentes suspeitas de irregularidades - revelam o acirramento da briga pelo poder ditada pela divergência de interesses dos vários grupos políticos. Isso é normal em situações de plena vigência do regime democrático.

Mas, ao contrário do que querem fazer crer alguns analistas, o país não está, desta vez, dividido. Basta olhar para o que têm apontado as pesquisas de intenção de voto: persistentemente, o candidato Luiz Inácio Lula da Silva aparece próximo dos 50% das indicações levantadas. Tem sido até aqui o preferido da maioria dos brasileiros aptos a votarem, uma situação muito diferente das eleições de 1989 quando o país ficou efetivamente dividido. E que ninguém de iluda: a causa da preferência por Lula tem a mesma raiz que ajudou Fernando Henrique Cardoso a se eleger presidente no primeiro turno das eleições em 1994. É mais renda no bolso dos pobres.

A estreita relação entre o aumento da renda das camadas mais baixas da população e a preferência desses eleitores pelo político ou partido associado com o benefício da melhoria do padrão de vida não é novidade no Brasil. Foi constatada pela primeira vez nas eleições de 1986, beneficiando o PMDB do plano Cruzado. A relação tende a ser maior quanto pior for a distribuição de renda.

A discrepância na distribuição de renda ajuda a explicar por que as denúncias que envolvem mensalões, sanguessugas e dossiês têm tido peso secundário na decisão eleitoral dos mais pobres. É que para as famílias que vivem de salário mínimo ou com menos do que isso vale mais ter uma soma maior de reais no bolso do que políticos idôneos no poder.

Os efeitos das iniciativas adotadas no governo Lula em favor das camadas de renda mais baixa está retratada no recente trabalho "Miséria, Desigualdade e Estabilidade: o Segundo Real", de autoria da equipe do Centro de Políticas Sociais da FGV do Rio, sob a coordenação de Marcelo Néri. Mostra a mudança observada na taxa que mede a miserabilidade do povo brasileiro. Caiu de 28,17% da população total em meados de 2003 para 22,77% da população em meados de 2005. Para o corte da miséria, o FGV considera a parcela da população com renda per capita inferior a R\$ 121 a preços atuais da Grande São Paulo, ajustada por diferenças regionais de custo de vida.

Em dez anos, foi o segundo grande movimento de redução da miséria no país. O primeiro, sabe-se, foi estimulado pelo Plano Real e o câmbio valorizado que sustentou a estabilidade. Os efeitos da melhoria de renda atingiram então todas as camadas. No extremo mais baixo, a população miserável caiu de 35,31% do total em meados de 1993 para 28,79% em meados de 1995, mas a renda manteve-se igualmente má distribuída.

A diferença desta vez - resultado, de novo, do efeito cambial sobre a queda da inflação, do expressivo reajuste real do salário mínimo e de outros benefícios diretos como a Bolsa Família e o crédito consignado - é que o aumento da renda dos mais pobres tem sido acompanhado de melhoria da distribuição de renda.

Para as famílias que vivem de salário mínimo, ou com menos do que isso, vale mais ter uma soma maior de reais no bolso do que políticos idôneos no poder

O estudo desagrega a população em três níveis de renda em 2005: os 10% mais ricos com 45,1% da renda per capita, envolvendo a média de R\$ 1.877,00; os 40% da população intermediária com 40,8% da renda, com média de R\$ 440,00; e os 50% mais pobres que detêm 14,1% da renda nacional, com média de R\$ 123,00.

A abordagem revelou que entre 2003 e 2005 a faixa de renda mais baixa foi a que mais ganhou. Teve crescimento médio anual de 8,4% na renda, contra 3,7% de aumento da renda dos 10% mais ricos e de 4,9% do grupo intermediário de renda. Os resultados foram favorecidos pelo crescimento de 4,8% do PIB observado em 2004.

A forma como a política social tem sido implementada é, sem dúvida, questionável. Néri destaca que os avanços surgiram ao custo do crescimento de 10% do PIB da carga tributária entre 1995 e 2005, puxada para 38% do PIB, sem falar no aumento da dívida pública insuflada pelas altas taxas de juro real. Tudo isso torna o mérito das iniciativas discutível. O que não é passível de dúvida é a evidência dos números que acusam melhoria de vida dos mais pobres e que têm favorecido Lula na disputa eleitoral.

Concluída essa etapa, outro mundo terá de ser enfrentado pelo próximo presidente, qualquer que seja. Estará politicamente limitado no campo da tributação que tem alimentado o esbanjar das despesas públicas, incluindo as de caráter social.

Vale, aqui, um parêntese. Trata-se do efeito que a própria política de transferência de renda tem tido sobre o aumento da arrecadação fiscal. Todo o punhado de bondades do governo Lula a favor dos mais pobres explica em boa parte o aumento do consumo das famílias, em ascensão desde o final de 2003.

Pelos dados de indicadores antecedentes, técnica desenvolvida pelo economista Cláudio Contador há 30 anos, o consumo das famílias deve aumentar este ano em torno de 4%, ajudando a impulsionar as vendas do varejo, cujo volume tende a crescer 7%, com o mesmo fôlego até o final do primeiro semestre de 2007.

Isso garantiu mais ICMS. Em 2005, o aumento real (descontado o IGP) foi de 5,8% e continuará se expandindo à taxa anual de 6% a 8% até 2007. A arrecadação de outros impostos indiretos também é positivamente afetada com a política de colocar mais dinheiro no bolso dos mais pobres. Talvez Néri e sua equipe possam medir qual foi o aumento da renda efetiva dos mais pobres, descontado o efeito altamente regressivo dos impostos sobre os bens de consumo.

O PIB não vai ajudar nos próximos meses. Os indicadores antecedentes de Contador apontam para uma variação do PIB na faixa de 2,2% a 2,6% para 2006, ritmo que deve persistir no primeiro semestre de 2007.

A inflação baixa é o principal fator a manter no início do ano que vem a melhoria da renda dos mais pobres. Contador prevê que o IGP-M deve variar mais significativamente nos próximos meses, mas o efeito cambial (pressupõe taxa em torno de R\$ 2,10 por dólar) tende a estabilizar o núcleo do índice em 0,6% ao mês a partir de abril de 2007. Às custas do câmbio, o IPCA ficará baixo para alegria dos consumidores em geral. Até quando o câmbio aguentará? É uma das questões por detrás das discussões eleitorais.

Maria Clara R. M. do Prado, jornalista, é sócia diretora da Cin - Comunicação Inteligente e autora do livro "A Real História do Real". Escreve quinzenalmente, às quintas-feiras. E-mail: mclaraprado@ig.com.br

/td>